

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de junho de 2015, em Brasília.

DILMA E LULA NAS MÃOS DA ECONOMIA

A presidente Dilma e o ex-presidente Lula tem seu futuro entrelaçado. O futuro de ambos, concluir um bom governo e ser um candidato viável nas eleições de 2018, está ligado. O elemento que os une é a economia do país.

O desconforto dos petistas e dos movimentos sociais precisa ser considerado nesse momento de dificuldades. Afinal, se a economia não se recuperar, só poderão se contar com eles nas eleições municipais do ano que vem e na sucessão presidencial, em 2018.

O destino de Dilma e Lula não está nas mãos de nenhum deles. Está no sucesso do ajuste

fiscal prepara o Brasil para crescer, criar condições para novos investimentos e para ampliação dos empregos. Mas para que isso se realize, será preciso que a economia da China recupere seu fôlego. É grande a nossa dependência da importação de commodities do país asiático.

Superada esta etapa, que parece improvável, o final de governo da presidente Dilma tem chances de não ser melancólico. A candidatura do ex-presidente Lula, ou de outro petista com o pretexto da renovação, poderá escapar de uma derrota. A política de alianças dos petistas não ficará restrita aos movimentos sociais e poderá se ampliar ao centro. Mas esse desenho só será definido em 2017.

Poder Executivo

Presidência da República

A presidente **Dilma Rousseff** comandou na manhã de hoje (15) reunião de articulação política e, à tarde, reuniu-se com o ministro **Patrus Ananias** (Desenvolvimento Agrário) para tratar sobre o lançamento do Plano Safra para pequenos agricultores, que espera-se ser lançado no dia 22 de junho. Na sexta (19), a presidente deve comparecer à inauguração do novo complexo de produção de acrílicos da BASF em Camaçari/BA.

Nesta semana, vencem os prazos para manifestação de veto presidencial às alterações dos parlamentares em importantes medidas provisórias. Amanhã (16), encerra-se o prazo relacionado à **MPV 665/14**, que altera as regras de concessão do seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso. Na quarta (17), vence o prazo da sanção para a **MPV 664/14**, que alterou as regras de concessão de auxílio-doença, a pensão por morte e a flexibilização do fator previdenciário. Sexta (19) é o último dia para manifestação da presidente com relação à **MPV 668/15**, que eleva as alíquotas do PIS e da Cofins na importação. A medida foi aprovada com diversas matérias estranhas como possibilidade de realização de parceria público privada pela Câmara para construção de novos anexos.

Vice-Presidência

Nesta quarta (17), o vice-presidente **Michel Temer** se reúne com o ministro das Relações Exteriores da Espanha, **José Manuel García-Margallo** em Brasília/DF. No sábado (20), Temer participa de reunião-almoço no Instituto dos Advogados de São Paulo sobre "A reforma política possível".

Casa Civil

O ministro **Aloizio Mercadante** se reuniu nesta segunda (15) com os ministros **Renato Janine** (Educação) e **Arthur Chioro** (Saúde). Mais tarde, também se reuniu com a deputada federal **Jandira Feghali** (PCdoB-RJ). Nesta sexta (19), o ministro comparece ao Fórum de CEOs Brasil-Estados

<p>Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE)</p>	<p><u>Unidos</u>, na sede do MRE.</p> <p>O ministro Afif Domingos participou hoje (15) da Solenidade de Posse e instalação do <u>FEMEP</u> em Goiânia/GO, na sequência participou de almoço na Fecomércio e compareceu ao <u>Seminário estadual do Supersimples</u> em Goiânia.</p>
<p>Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)</p>	<p>O ministro Mangabeira Unger participa nesta quarta (17) de audiência pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) da Câmara dos Deputados, para discutir <u>políticas de desenvolvimento regional</u>.</p> <p>O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) envia representantes para participar de Mesa Redonda do Think-Tank dos BRICS, que será realizada esta semana em Pequim (China).</p>
<p>Secretaria de Direitos Humanos (SDH)</p>	<p>O Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira, cumpre agenda oficial de duas semanas em que irá a Paris (França) participar da missão de prospecção do Projeto "Fortalecendo a Capacidade Institucional de Agentes Governamentais e Não-Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência".</p>
<p>Secretária de Portos (SEP)</p>	<p>O ministro Edinho Araújo participou hoje (15) do seminário <u>Infraestrutura – O motor do crescimento</u>, promovido pela Revista Carta Capital em São Paulo/SP. O ministro Eduardo Braga (Minas e Energia) também participou do evento.</p> <p>Na sequência, Edinho Araújo esteve reunido com o presidente da FIESP, Paulo Skaf, para apresentar os projetos relacionados ao setor portuário previstos no Programa de Investimentos em Logística (PIL).</p> <p>Na manhã de quarta (17), o ministro participa do <u>Fórum de Infraestrutura</u> promovido pelo jornal "El País" e pela Câmara Espanhola de Comércio em São Paulo/SP. O ministro Nelson Barbosa (Planejamento) também confirmou presença no evento.</p> <p>Já na quinta (18), Edinho Araújo participa de <u>seminário sobre comércio exterior e logística</u> promovido pelo Porto de Santos no âmbito do Fórum Brasil Comexlog.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>Nesta segunda (15), o ministro Jacques Wagner recebeu em audiência o presidente e CEO SAAB, Hakan Buskhe, o presidente da Souza Cruz, Andrea Martini, e o embaixador brasileiro no Irã, Santiago Mourão. Wagner se reuniu ainda com o Nilson Sarti, presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e com Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI-BA).</p>
<p>Ministério da Fazenda (MFaz)</p>	<p>O ministro Joaquim Levy participou hoje (15) pela manhã da reunião de coordenação política do Palácio do Planalto e, posteriormente, esteve em reunião com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcos Vinicius Furtado Coêlho.</p>

	<p>O secretário de Assuntos Internacionais, Luis Antonio Carneiro, lidera comitiva com o intuito de participar da 4ª Reunião do Conselho Interino de Diretores do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS e da Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Vice-Presidentes de Bancos Centrais do G20, realizadas esta semana em Bodrum (Turquia), devendo retornar ao país nesta quinta (18).</p>
<p>Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)</p>	<p>O diretor-presidente Marcelo Pinheiro Franco cumpre agenda internacional indo a São Petersburgo (Rússia) para participar do Encontro Anual dos BRICS com Agências Exportadoras de Crédito 2015 (BRICS ECA 2015), devendo retornar ao país no domingo (21).</p>
<p>Banco Central do Brasil (BACEN)</p>	<p>O Boletim Focus divulgado hoje (15) subiu pela nona semana seguida. Desta vez, a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 8,46% para 8,79%, este ano. Para 2016, a estimativa segue em 5,50%. A expectativa de mais inflação veio depois da divulgação do IPCA pelo IBGE, na última semana. O índice em maio ficou acima da expectativa do mercado financeiro, que previa 0,55%. No mês passado, o IPCA ficou em 0,74%. A inflação acumulada em 12 meses chegou a 8,47%, a maior desde dezembro de 2003, quando registrou 9,3%. A inflação este ano deve estourar o teto da meta que é 6,5%. O próprio BC reconhece que não deve entregar a inflação na meta este ano, ao projetar o IPCA em 7,9%. Expectativa das instituições financeiras para a retração da economia, este ano, passou de 1,30% para 1,35%. Essa é a quarta piora seguida na estimativa para o PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Para o próximo ano, a projeção de crescimento passou de 1% para 0,9%. Na avaliação do mercado financeiro, a produção industrial deve ter uma queda de 3,20%, este ano e crescimento de 1,6%, em 2016.</p>
<p>Comissão de Valores Mobiliários (CVM)</p>	<p>O presidente Leonardo Porciúncula lidera comitiva para participar da 40ª Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores e da Reunião do Quadro de Monitoramento do Conselho Internacional de Padrões Contábeis (IASB) que ocorrem esta semana em Londres (Inglaterra). Integra a comitiva o superintendente de Relações Internacionais, Eduardo Manhães Ribeiro.</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>O ministro José Eduardo Cardozo vai à Câmara dos Deputados na quinta (18) para participar de audiência pública da <u>Comissão Especial da Demarcação de Terras Indígenas (PEC 215/00)</u>.</p> <p>A secretária Nacional do Consumidor, Juliana Pereira, participou hoje (15) de reunião sobre <u>Convênios com o Procon Estadual do Rio de Janeiro</u> com o subsecretário do Procon daquele estado, Woltair Simeí Lopes.</p> <p>O diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Ricardo Saadi, participa esta semana de Missão Oficial a Washington (EUA) e de Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 em Nova York (EUA), devendo retornar ao país na sexta (19).</p>
<p>Ministério das Relações</p>	<p>Nesta sexta (19), o Ministério sedia o Fórum de CEOs Brasil-Estados</p>

Exteriores (MRE)

Unidos. Devem participar do evento os ministros **Aloizio Mercadante** (Casa Civil) e **Armando Monteiro** (Desenvolvimento), o secretário de Comércio dos Estados Unidos, **Penny Pritzker**, além de **Caroline Atkinson** – responsável na Casa Branca pelas relações econômicas internacionais.

O Ministério envia representantes para participar da **45ª Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)** realizada nesta semana em Washington (EUA).

MERCOSUL

O Brasil recebe nesta semana diversas **reuniões do Mercosul**. Hoje (15), foi promovida a V Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulamentos Técnicos, no Rio de Janeiro/RJ.

Em Foz do Iguaçu/PR, ocorre a LIX Reunião Especializada em Turismo e a XV Reunião de Ministros do Turismo, enquanto na cidade do Rio de Janeiro inicia a Reunião da Comissão Permanente de Contas Nacionais e a Reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Regulamentos Técnicos e Avaliação.

Nesta terça (16), dá-se início em Porto Alegre/RS a 37ª Sessão Plenária Ordinária da Reunião Especializada de Cooperativas. Na quarta (17), em Brasília, ocorre a XXII Reunião do Conselho do Instituto Social.

Acontece também em Brasília/DF, nesta quinta (18), a XVIII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho sobre Mineração e Geologia.

Ministério de Minas e Energia (MME)

O ministro **Eduardo Braga** participou hoje (15) do seminário Infraestrutura – O motor do crescimento, promovido pela Revista Carta Capital em São Paulo/SP. O ministro **Edinho Araújo** (Portos) também participou do evento. De volta a Brasília/DF, Braga recebe em seu gabinete a ministra **Izabella Teixeira** (Meio Ambiente).

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

A Agência promoveu hoje (15) **leilão de energia de reserva** para novas usinas termelétricas movidas a gás natural. O preço-teto é de R\$ 581 por megawatt-hora. Os contratos preveem início da entrega de energia em janeiro de 2016, ao longo de 20 anos.

O diretor-geral **Romeu Rufino** participa hoje (15) da abertura do curso *Programa Gerencial ANEEL: Gestão Pública, Avanços e Desafios*. O diretor coordena amanhã (16) a **21ª Reunião Pública Ordinária e Administrativa da Diretoria**. Na quinta (18), ele se reúne com representantes da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia e participa de reunião com o diretor da Telebras, **Jorge Bittar** para discutir a interrupção do fornecimento de energia elétrica na rede da empresa. Na sexta (19), Rufino cumpre agenda em São Paulo/SP, onde participa do Fórum de Energia - World Trade Center Brasil.

Christiano Vieira, superintendente de regulação dos serviços de geração, cumpre agenda internacional indo a Montevidéu (Uruguai) para participar do **1º Congresso Latinoamericano de Energia Eólica** e da **5ª Jornada de Internacional de Energia Eólica**, devendo retornar ao país nesta quarta (17).

**Ministério do
Desenvolvimento,
Indústria e Comércio
Exterior (MDIC)**

Carlos Alberto Mattar, superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição, lidera comitiva para participar da **23ª Conferência Internacional sobre Distribuição Elétrica (CIRED 2015)**, será realizada de 15 a 18 deste mês em Lyon (França).

O ministro **Armando Monteiro** cumpriu hoje (15) agenda em São Paulo/SP, onde proferiu palestra no encerramento do seminário "Uma agenda para Dinamizar a Exportação de Serviços", promovido pelo jornal Valor Econômico. Amanhã (16), o ministro comparece ao Senado Federal para participar de audiência conjunta entre CCT e CAE, onde serão debatidas as diretrizes para o biênio 2015/2016 e comparecerá ao III Encontro Empresarial Brasil-França. Na sexta (19), Monteiro participa do Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos, na sede do MRE.

O secretário-executivo **Ivan Ramalho** cumpre agenda internacional no Santiago (Chile) onde **coordena a reunião da Comissão Comércio e Investimento Brasil-Chile**, devendo retornar ao país amanhã (16).

A Secretaria de Desenvolvimento da Produção envia representante para participar de **Missão Técnica sobre Redes Inteligentes no Reino Unido**, iniciativa do **Prosperity Fund** por meio do Projeto Aplicando a Experiência do Reino Unido para Desenvolver Redes mais Inteligentes no Brasil, que será realizada nesta semana em Londres (Inglaterra).

O coordenador-geral de Temas Multilaterais, **Renato Rezende**, vai a Bodrum (Turquia) para representar o Ministério na **Reunião de Comércio do G20** e na **Reunião de Sherpas** que serão realizadas nesta semana.

O Ministério divulgou hoje (15) o resultado da **balança comercial**, da segunda semana de junho de 2015, com cinco dias úteis (8 a 14), teve um superávit de **US\$ 678 milhões**, resultado de exportações de US\$ 4,588 bilhões e importações de US\$ 3,910 bilhões. No acumulado do ano, as vendas externas brasileiras chegam a US\$ 83,950 bilhões e as compras, a US\$ 83,601 bilhões, com saldo positivo de US\$ 349 milhões. Na segunda semana de junho, as exportações apresentaram média de US\$ 917,6 milhões, resultado 21,3% abaixo da média de US\$ 1,165 bilhão, registrada na primeira semana do mês. Isso ocorreu em razão da queda nos embarques de produtos manufaturados (-42,6%, principalmente em razão de plataformas para extração de petróleo, óxidos e hidróxidos de alumínio, automóveis e partes, óleos combustíveis, veículos de carga e motores para veículos) e semimanufaturados (-30,8%, com redução das vendas de açúcar em bruto, celuloses, couros e peles, óleo de soja em bruto e ferro fundido). Já as vendas de produtos básicos cresceram 3,2% devido a petróleo em bruto, minério de ferro, farelo de soja e minério de cobre. As importações da segunda semana registraram média de US\$ 782 milhões, 16,5% a mais em relação à semana anterior, com US\$ 671,3 milhões. Houve aumento nos gastos com combustíveis e lubrificantes; equipamentos mecânicos, aparelhos eletrônicos, químicos orgânicos e inorgânicos, plásticos e obras, adubos e fertilizantes e farmacêuticos.

Instituto Nacional de
Metrologia, Qualidade e
Tecnologia (Inmetro)

Instituto envia representante para realizar **vista técnica a organismos do Canadá responsáveis pela Regulamentação Técnica de Produtos Químicos, Health Canada e Associação de Indústrias Químicas (CIAC)**, nesta semana em Ottawa (Canadá).

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

A ministra **Izabella Teixeira** recebeu hoje (15) embaixador da Alemanha, **Dirk Brengelmann**. Na sequência, reuniu-se com o ministro **Eduardo Braga** (Minas e Energia) e com o presidente do BNDES, **Luciano Coutinho**. Izabella participará nesta quinta (18) de sessão de debates promovida pela Comissão Geral do Plenário da Câmara dos Deputados, onde explicará aos parlamentares a agenda e as prioridades da pasta comandada por ela.

A Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental envia representante para participar de **visita técnica ao Canadá sobre a regulação e mitigação de riscos associados a substâncias químicas** que ocorre nesta semana em Ottawa (Canadá).

As inscrições para o **6º Prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade - Prêmio A3P”** foram abertas nesta segunda (15). Instituições públicas que promovem ações socioambientais terão oportunidade de concorrer com o objetivo é reconhecer o mérito das iniciativas de órgãos e entidades do setor público que contribuem para a sustentabilidade nas atividades públicas.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

O ministro **Nelson Barbosa** participou da manhã desta segunda (15) da reunião de coordenação política no Palácio do Planalto. Posteriormente, ele se reuniu com os ministros **Miguel Rossetto** (Secretaria-Geral), **Carlos Gabas** (Previdência) e com representantes das Centrais Sindicais. No fim do dia, recebeu em seu gabinete o senador **Acir Gurgacz** (PDT-RO), o deputado federal **João Henrique Caldas** (SD-AL) e a presidente da Caixa Econômica, **Miriam Belchior**.

Na manhã de quarta (17), o ministro participa do Fórum de Infraestrutura promovido pelo jornal “El País” e pela Câmara Espanhola de Comércio em São Paulo/SP. O ministro **Edinho Araújo** (Portos) também confirmou presença no evento.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Serão divulgados ao longo da semana alguns estudos e pesquisas realizados pelo Instituto. Amanhã (16), será apresentada a Pesquisa Mensal de Comércio; na quarta (17), as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas; na quinta (18), o IBGE apresenta a Pesquisa Mensal de Serviços; e, na sexta (19), serão divulgados o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15, o Amplo Especial e a Pesquisa Industrial Mensal: Emprego e Salário.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

O ministro **Manoel Dias** cumpre hoje (15) agenda em Pinhalzinho/SC, onde participa de cerimônia de entrega de Chaves do Loteamento Boa Vista, do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Ministério dos Transportes (MTrans)

O ministro **Antonio Carlos Rodrigues** cumpriu hoje (15) agenda em São Paulo/SP.

O diretor do Departamento de Concessões, **Dino Antunes**, lidera equipe em viagem oficial a Lima (Peru) para participar de reunião do Subgrupo de Especialistas sob o amparo do **Grupo de Trabalho Trilateral**

<p>Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)</p>	<p>Brasil/China/Peru para discussão do escopo do estudo básico de viabilidade de uma conexão ferroviária bioceânica.</p> <p>O diretor-geral Jorge Luiz Macedo Bastos participou hoje (15) da <u>Reunião de Avaliação Estratégica da Agência</u>. Já o diretor Carlos Fernando do Nascimento participou de reunião sobre o Programa de Investimento em Logística – PIL.</p> <p>A Agência lançou hoje (15) o <u>hotsite PMIs Rodovias 2015</u>, onde serão divulgados os editais de chamamento público dos trechos rodoviários que serão concedidos à iniciativa privada e os termos de referência e todas as informações necessárias para acompanhar o Processo de Manifestação de Interesse (PMI).</p>
<p>Tribunal de Contas da União (TCU)</p>	<p>O Plenário do Tribunal se reúne nesta quarta (17) para deliberar sobre possível descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal nas contas do governo federal de 2014, face às chamadas <u>“pedaladas fiscais”</u>. O relator é o ministro Augusto Nardes, que deve se reunir com os demais ministros ainda hoje (15) para anunciar seu voto.</p>

Poder Legislativo

<p>Congresso Nacional</p>	<p>Na quarta (17), os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), comandam encontro com prefeitos para discutir a <u>redivisão de verbas e competências entre União, Estados e Municípios</u>.</p>
<p>Plenário</p>	<p>Nesta terça (16), serão analisados 6 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos aprovados pelo Legislativo. Na lista, destacam-se o veto parcial da presidente Dilma à lei que restringe a <u>fusão de partidos</u>, ao <u>Código de Processo Civil</u> e ao projeto que incluiu <u>dispositivos sobre campanhas educativas na Política Nacional de Resíduos Sólidos</u>.</p>
<p>Comissões Mistas de Medidas Provisórias</p>	<p>Nesta semana serão realizadas reuniões para a apreciação dos relatórios de três Medidas Provisórias, todas na tarde desta terça (16). São elas: MPV 671/15, que trata sobre o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do <u>Futebol Brasileiro</u>, relatada pelo deputado Otávio Leite (PSDB-RJ); MPV 672/15, dispõe sobre a <u>política de valorização do salário mínimo no período de 2016 a 2019</u>, relatada pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA); e MPV 673/15, que <u>dispensa o licenciamento e emplacamento de tratores</u>, relatada pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA)</p>
<p>Comissão Mista de Orçamento (CMO)</p>	<p>A Comissão realiza na quinta (18) audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive.</p>
<p>Câmara dos Deputados Plenário</p>	<p>Os deputados retomam, mais uma vez, a votação da PEC 182/07 que <u>dispõe sobre pontos da Reforma Política</u>. A deliberação deve ocorrer na terça (16), quando serão analisados as propostas sobre fidelidade partidária, cotas para mulheres nas eleições, data da posse de prefeitos e</p>

	<p>vereadores e federação partidária.</p> <p>Na quarta (17) deve ser iniciada a deliberação do PL 863/15 que <u>altera a contribuição patronal</u>. O projeto é a principal medida do pacote de ajuste fiscal proposto pelo Executivo até o momento. Há expectativa que o relator apresente um escalonamento do aumento da alíquota de 1% para 2,5% e de 2,5% para 4,5%, todavia, iniciando já neste ano.</p> <p>O relator tem anunciado também que deve poupar alguns setores mais sensíveis, como transporte, tecnologia da informação, comunicação e itens da cesta básica. Há ainda a possibilidade de que haja um aumento moderado para esses setores, que subiriam para até 1,5% e 2,75%.</p> <p>Na quinta (18), os deputados recebem a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) para tratar sobre <u>agenda e prioridades da pasta</u>.</p>
<p>Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC)</p>	<p>A Comissão promove reuniões deliberativas de terça (16) a quinta (18), quando pode ser deliberado, entre outros itens, o PL 4890/09, que <u>regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial</u>. A matéria é relatada pelo deputado Felipe Maia (DEM-RN), que apresentou <u>parecer pela constitucionalidade</u>, juridicidade e técnica legislativa do projeto com emendas.</p>
<p>Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)</p>	<p>Na quarta, a Comissão promove audiência pública para discutir sobre o mercado de trabalho para as pessoas com deficiência nas micro e pequenas empresas, tendo como convidados o ministro Afif Domingos (Micro e Pequena Empresa) e Antonio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.</p>
<p>Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC)</p>	<p>A Comissão se reúne em sessão deliberativa nesta quarta (17), quando podem ser deliberados, entre outros itens, o PL 226/15, que <u>obriga os comerciantes a receber dos consumidores os produtos sujeitos à logística reversa</u>. A matéria conta com parecer do deputado Renato Molling (PP-RS) pela <u>aprovação</u> deste, e da Emenda 1/15, na forma de substitutivo.</p>
<p>Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)</p>	<p>As Comissão promove amanhã (16), em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) o Seminário "Mobilidade Urbana: Acessibilidade, Transporte e Moradia". Na ocasião, especialistas e representantes do Ministério das Cidades devem debater com os deputados a acessibilidade não apenas na visão do deficiente, mas também na visão gestores das cidades e dos meios de transporte.</p>
<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDH)</p>	<p>A Comissão promove audiência pública na quarta (17) para discutir a <u>política externa brasileira e os direitos humanos</u>, com os expositores: ministro Pepe Vargas (Direitos Humanos); o ministro Alexandre Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; e Camila Koch, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.</p>
<p>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</p>	<p>Nesta quarta (17), a Comissão se reúne em sessão deliberativa, quando pode ser votado, entre outros, o PL 1592/11, que <u>proíbe o uso de robôs, softwares e programas de lances nos pregões eletrônicos</u>. A matéria é relatada pelo deputado Edmar Arruda (PSC-PR), que apresentou <u>parecer</u></p>

	<p>pela <u>aprovação</u> do projeto e de seu apensado, PL 2631/11 na forma do substitutivo da CCTCI.</p> <p>Na quinta (18), a Comissão promove audiência pública para debater a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a participação de Alessandro Aurelio Caldeira do TCU; Renata Pimentel Lins, economista, e Vladimir de Faria Azevedo, da Frente Nacional dos Prefeitos.</p>
Comissão de Legislação Participativa (CLP)	<p>A Comissão realizada audiência pública para debater a <u>relação entre o Ministério Público do Trabalho e as Entidades Sindicais</u>, tendo como convidados o Procurador-Geral Ministério Público do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, além de representantes sindicais, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho.</p>
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	<p>Nesta quarta (10), a Comissão se reúne em sessão deliberativa, quando pode ser votado, entre outros itens, o PL 2101/11, que dispõe sobre <u>incentivo fiscal para o setor produtivo, para adequação ambiental em seu processo de produção e descarte</u>. O projeto é relatado pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), que a apresentou <u>parecer pela aprovação na forma de substitutivo</u>.</p>
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	<p>A Comissão realiza na quarta (17) audiência pública para debater os esclarecimentos acerca da proposta do <u>acordo de leniência</u> entre o Governo e as empresas envolvidas nas irregularidades da Petrobras, investigadas na Operação Lava Jato da Polícia Federal, bem como o impacto desse acordo no índice de desemprego do país. Foram convidados a participar os ministros Manoel Dias (Trabalho), Valdir Simão (CGU) e Luís Inácio Adams (AGU).</p>
Comissão de Viação e Transportes (CVT)	<p>Comissão promove audiência pública nesta terça (16) para discutir a <u>duplicação das rodovias federais em Santa Catarina</u> (BR-101, BR-116, BR-153, BR-280, BR-282 e BR-470). Foram convidados a debater o tema o ministro Antônio Carlos Rodrigues (Transportes) e o diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, Luiz Guilherme Rodrigues.</p>
Comissão Especial da Crise Hídrica	<p>A Comissão se reúne em audiência pública nesta terça (16) para <u>discutir aspectos jurídicos do uso e conservação dos recursos hídricos</u> com a participação de representantes das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande e do Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA/RJ).</p>
Comissão Especial Sobre a Lei de Licitações (CELICITA)	<p>A Comissão promove seminário em Vitória/ES, com autoridades públicas, especialistas e interessados no tema, objetivando colher subsídios para o aprimoramento da referida legislação.</p>
Comissão Especial do Pacto Federativo	<p>A Comissão se reúne em audiência pública nesta terça (16), quando deve ouvir o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e o presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul – Antonio da Luz Costa.</p>
Comissão Especial do Simples Nacional	<p>Nesta quarta (17), a comissão recebe o ministro Afif Domingos (Micro e Pequena Empresa) em Seminário com o tema <u>“Supersimples: Crescer sem Medo”</u>, para debater as propostas do governo de modernização da legislação. Participam da audiência Luiz Barretto, presidente do SEBRAE;</p>

CPI da Petrobras	<p>Robson Braga de Andrade, presidente da CNI; e Antonio José Domingues Santos, presidente da CNC.</p> <p>A Comissão ouve amanhã (16) o presidente do Conselho Administrativo da Sete Brasil, Newton Carneiro da Cunha, e o ex-presidente da empresa João Carlos de Medeiros Ferraz.</p>
<p>Senado Federal</p> <p>Plenário</p>	<p>O Plenário deve votar, em turno suplementar, o substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD 63/12 (PL 2729/03), que trata sobre <u>crimes de reprodução-pirataria</u>. Pode ser deliberado também a PEC 33/14, que inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>Há ainda possibilidade de que os senadores apreciem o PLS 131/15, que <u>acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras participar de ao menos 30% dos blocos de exploração e produção</u>.</p>
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	<p>Nesta terça (16), em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a Comissão recebe o ministro Armando Monteiro (Desenvolvimento) em audiência pública para <u>discutir as diretrizes e perspectivas do Ministério para o ano de 2015</u>, bem como a agenda e <u>prioridades associadas às políticas de ciência, tecnologia, inovação e competitividade</u> para o biênio 2015-2016. A audiência havia sido inicialmente agendada para a semana passada.</p>
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)	<p>A Comissão realiza audiência pública na quarta (17) para apurar informações e discutir os resultados e desdobramentos das 11ª e 12ª <u>Rodadas de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Bacia da Foz do Amazonas</u>, no extremo norte do País. Constam como convidados Florival de Carvalho, representante do Ministério das Minas e Energia; Magda Maria Chambriard, diretora-geral ANP; e representantes de empresas do setor de petróleo,</p>
Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)	<p>Nesta quarta (17), a Comissão realiza a sabatina dos indicados para compor a <u>diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)</u> Marcelo Bruto da Costa Correia e Carlos Fernando do Nascimento.</p>
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)	<p>A Comissão promove se reúne nesta terça (16), quando promoverá a sabatina de Ney Maranhão, indicado para exercer o cargo de <u>diretor da Agência Nacional de Águas (ANA)</u>.</p> <p>Na sequência, será realizada sessão deliberativa, quando pode apreciar, entre outros itens, o PLS 403/14, que instituir medidas de <u>desoneração tributária de atividades relacionadas à logística reversa</u>. A matéria com parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) <u>pela aprovação</u>.</p> <p>Na quarta (17), a Comissão promove audiência pública para discutir a <u>eficiência das entidades que compõem o Sistema “S”</u>. Foram convidados representantes da ANFAVEA, ABIT, ABRAS, ABIMAQ, ABEAR, ACOMAC e ANAHP.</p>
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)	<p>Na quinta (18), a Comissão deve votar o PLS 288/13, que Institui a Lei de Migração e regula <u>entrada e estada de estrangeiros no Brasil</u>.</p>

Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo (CEAPF)

A Comissão reúne-se na quarta (17) para a apresentação dos Relatórios das Coordenações Temáticas atendendo aos levantamentos, agrupamentos e identificação de proposições pertinentes. O relator, senador **Fernando Bezerra Coelho** (PSB-PE), apresentará o texto base de uma Proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

CPI do CARF

Na quinta (18), a Comissão ouve o conselheiro **Paulo Roberto Cortez**, seu sócio **Nelson Mallman** e do advogado **Leonardo Siade Manzann**, envolvidos no esquema de irregularidades e subornos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Judiciário

Fachin ainda não decidiu se participará de julgamento de planos econômicos no STF. O jurista Luiz Edson Fachin, que toma posse nesta terça-feira, 16, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que ainda não decidiu se irá participar do julgamento dos chamados planos econômicos na Corte. "Eu ainda não formei decisão sobre esta matéria e, quando a circunstância se apresentar, vou declinar da posição, que no momento ainda não tenho", disse Fachin na manhã desta segunda, 15, em conversa com jornalistas. Se o novo ministro se declarar impedido de julgar o caso, o Tribunal irá continuar sem quórum para julgar a constitucionalidade dos planos econômicos das décadas de 80 e 90, que teriam provocado perdas no rendimento das cadernetas de poupança. O tema preocupa o governo em razão do impacto no sistema financeiro. O presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, já indicou que deseja pautar o tema com brevidade após a posse de Fachin. Desde 2014, o julgamento está parado por falta de quórum. Para discutir o tema, há exigência de quórum mínimo de oito ministros. Mas três dos atuais dez ministros se declararam impedidos de analisar a questão. Com a aposentadoria de Joaquim Barbosa em julho do ano passado, portanto, o STF permaneceu à espera do novo indicado pela presidente da República para retomar a discussão. Fachin já advogou em um caso sobre prazo prescricional de tema envolvendo planos econômicos. Ele só irá avaliar se isso é motivo para impedimento quando tomar posse no Tribunal. "Preciso tomar posse, passar da condição de professor a ministro. Vou tomar posse e tomar pé desses processos, especialmente deste, e vou me inteirar disso. E em um momento oportuno vou manifestar minha decisão", completou.

Audiência pública sobre ensino religioso prossegue à tarde com 17 expositores. Após a apresentação de representantes de 14 entidades sobre a implantação ou não do ensino religioso nas escolas públicas e se esse ensino deve ser confessional ou não confessional, o ministro Roberto Barroso encerrou a primeira parte da audiência pública sobre o tema. Os debates serão retomados às 14h30, na Sala de Sessão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), quando representantes de outras 17 entidades vão se manifestar. "A vida civilizada aspira ao bem, ao correto e ao justo. Há pessoas que buscam orientação nesse caminho em princípios religiosos, pessoas que o buscam na filosofia moral, outros procuram combinar as duas coisas – a verdade revelada e a ética – e há outras muitas pessoas que professam um humanismo agnóstico ou ateu. A verdade é que verdade não tem dono. O que precisamos fazer é encontrar meios de convivência respeitosa e tolerante com quem pensa diferentemente", disse o ministro ao interromper os debates para o intervalo de almoço.

Dias Toffoli apresentou dados sobre participação de empresas privadas no financiamento eleitoral. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, encerrou nesta sexta-feira (12) o Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia, evento realizado, em Brasília, pelo Tribunal, com o apoio do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Toffoli apresentou dados sobre os gastos do financiamento eleitoral no Brasil em 2014. Segundo o ministro, a campanha presidencial teve uma arrecadação total de mais de US\$ 367 milhões. A campanha vitoriosa, da candidata Dilma Rousseff (PT), por exemplo, teve gastos de mais de US\$ 140 milhões. Já a campanha do segundo colocado, o candidato Aécio Neves (PSDB), chegou a mais de US\$ 89 milhões. O presidente do TSE

revelou ainda que uma única empresa privada doou US\$ 145 milhões, somente em 2014, para campanhas de deputados, senadores e presidente da República. Só para as campanhas de presidente a empresa destinou US\$ 21 milhões. Toffoli informou que 95% das campanhas eleitorais contaram com o financiamento de empresas, os outros 5% foram de fundos públicos ou recursos de pessoas físicas. “O grande financiamento no Brasil foi declaradamente de grandes corporações de três grandes setores da economia: alimentício, sistema financeiro e construção civil”, declarou o ministro.

Política

Lúcia Vânia não é mais do PSDB. Em rota de colisão com membros da bancada do Senado e da executiva nacional do PSDB, a senadora Lúcia Vânia encaminhou, na última segunda-feira, ofício ao diretório metropolitano, em Goiânia, pedido de desfiliação da legenda. O documento foi recebido pelo presidente Rafael Lousa. Político que exerce cargo majoritário, caso de Lúcia Vânia, pode trocar de partido sem risco de perder o mandato, segundo decidiu o TSE. De texto curto, a senadora não detalha as razões de sua desfiliação do PSDB, mas sabe-se que ela estava descontente com dirigentes tucanos desde que foi acusada de “traição” durante o processo de eleição da mesa diretora do Senado Federal, em 1º de fevereiro, quando o peemedebista Renan Calheiros foi reeleito para a presidência da Casa. Lúcia Vânia nega que tenha votado em Renan, apesar da promessa de que ela poderia ocupar a secretaria-geral da mesa diretora. Embora não cite no documento, a senadora sempre deixou claro que a sua saída do PSDB não tem qualquer relacionamento com os tucanos em Goiás, principalmente o governador Marconi Perillo, com quem tem “relacionamento antigo e de boa convivência política.” O presidente do PSDB Metropolitano, Rafael Lousa, lamentou a desfiliação da senadora. Lúcia Vânia deverá filiar-se ao PSB ainda este mês, conforme acerto feito com o presidente nacional da legenda, Carlos Siqueira, e com o presidente estadual, Vanderlam Cardoso. No acordo, a senadora deverá assumir a presidência estadual do PSB e Vanderlan ocupará a presidência do diretório metropolitano, para preparar sua candidatura à Prefeitura de Goiânia.

Amazonense entra na disputa para comandar PGR, Janot formaliza candidatura à recondução e prazo para candidaturas encerra hoje (15). O amazonense Carlos Frederico Santos se inscreveu para a formação da Lista Tríplice para o cargo de procurador-geral da República, em substituição a Rodrigo Janot. Atualmente, Carlos Frederico Santos é subprocurador-geral da República. A informação é da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR). A candidatura do procurador amazonense foi registrada na sexta-feira (5). As inscrições seguem até as 18h de hoje (15). Este ano, o prazo para campanhas será prolongado, 50 dias no total, quando as normas exigem no mínimo 15 dias. A campanha acontecerá entre os dias 16 de junho e 4 de agosto. Será o período mais longo de debates desde que a Lista Tríplice foi criada. O calendário de debates será definido pela ANPR de forma consensual com os candidatos. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, formalizou hoje (15) sua candidatura à recondução ao cargo. A eleição é conduzida pela Associação Nacional dos Procuradores da República, responsável pelo processo de formação de lista tríplice para a disputa. O procurador da República Carlos Frederico também já formalizou candidatura.

Aécio Neves vai visitar presos políticos venezuelanos. O senador Aécio Neves (PSDB), candidato derrotado à presidência nas eleições de outubro, viajará para Caracas no dia 17 de junho como líder de uma comissão externa do Senado para “averiguar a situação” dos dois principais opositores venezuelanos presos em Caracas, Leopoldo López e Antonio Ledezma, segundo afirmou o jornal Folha de S. Paulo. “Vamos suprir a vergonhosa omissão do Governo da presidente Dilma (Rousseff) frente à escalada autoritária na Venezuela”, disse Aécio. O líder do PSDB sempre se mostrou crítico em relação ao Governo brasileiro por sua aproximação política com Hugo Chávez e Nicolás Maduro. Nos últimos meses, repreendeu o Executivo por sua “omissão” em relação à situação de López e Ledezma (e dos mais de 90 presos políticos venezuelanos). As esposas de ambos, Lilian Tintori e Mitzy Ledezma, estiveram no Brasil em maio para chamar a atenção sobre a situação política venezuelana. “Sabemos que a presidenta [Dilma Rousseff] é sensível à questão dos direitos humanos, à tortura e à prisão injusta... [São assuntos] que ela conhece muito bem”, disse Tintori na ocasião, referindo-se ao fato de que Dilma foi torturada durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Ambas estiveram com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que também prometeu juntar-se à iniciativa do ex-presidente espanhol Felipe González para defender os presos

políticos venezuelanos; depois, ambas foram ao Senado para relatar as dificuldades políticas de seus maridos.

Não deve sair hoje decisão sobre o fator previdenciário, diz Temer. O vice-presidente Michel Temer afirmou nesta segunda-feira que a decisão da presidente Dilma Rousseff pelo veto ou pela sanção da emenda que flexibilizou o fator previdenciário não deve sair hoje. Após participar de reunião de coordenação política com a petista e 12 ministros de Estado, Temer destacou que o governo está elaborando estudos sobre o tema e que ainda há tempo antes do prazo legal para o Planalto se manifestar, que vence na quarta-feira, 17. "Entre hoje e amanhã tem uma eternidade", disse o vice-presidente. Segundo fontes, os ministros de Dilma estão divididos quanto ao caminho a ser tomado em relação à emenda que modificou regras do fator previdenciário, incluída pelos parlamentares em uma das medidas provisórias do ajuste fiscal. A equipe econômica quer que a presidente vete a emenda, sob o argumento de que sancioná-la enviaria um "sinal trocado" na política de controle dos gastos públicos. Embora a proposta não traga grande impacto no curto prazo, cálculos do governo apontam que em 10 anos a conta deverá somar R\$ 40 bilhões. Por outro lado, ministros mais políticos argumentam que o Planalto não está em situação de abrir uma nova frente de disputa com o Congresso Nacional. A flexibilização do fator teve amplo apoio entre deputados e senadores e a avaliação é que um veto tem grandes chances de ser derrubado pelo Legislativo.

Eduardo Cunha defende fim da aliança PMDB e PT. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defendeu em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo o fim da aliança PT – PMDB, instituída ainda em 2002, durante a campanha que elegeu o ex-presidente Lula. Cunha classificou a união entre as duas legendas como um "modelo esgotado". "Este modelo PMDB com o PT está esgotado. Temos obrigação de dar sustentabilidade política para o governo dela [Dilma Rousseff]. Mas o PMDB vai buscar o seu caminho em 2018. Não vejo o PMDB de novo numa candidatura do PT", disse o presidente da Câmara. "O PMDB fez parte do processo de reeleição, faz parte do governo. Mas não é para dizer amém a tudo o que acontece. E o PMDB dificilmente repetirá a aliança com o PT em algum momento. Não repetirá", pontuou Cunha. Na entrevista, o presidente da Câmara disse que a articulação política do governo melhorou quando o vice-presidente, Michel Temer, assumiu a função. No entanto, ele ressaltou que os principais problemas na articulação política do governo atualmente são fruto de uma "tentativa de sabotagem do PT ao Temer". "É muito melhor [a articulação política com Michel Temer]. O que vejo aqui, pelo cheiro no corredor, é que há ainda problemas com a própria base e com o governo. Vejo nitidamente que há uma tentativa de sabotagem do PT ao Michel dentro da articulação. Não tenho dúvida nenhuma disso. E isso é um tiro no pé, porque a condição, quando levaram o Michel, era que, justamente, você não vai demitir o vice. Qualquer tentativa de sabotagem do Michel acabará em ruptura", disse Cunha.

Pesquisa mostra queda da confiança no Judiciário, no governo e nos partidos. Pesquisa divulgada hoje (12) pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que a confiança do brasileiro no Poder Judiciário, no governo federal e nos partidos políticos caiu no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o último relatório lançado, feito no mesmo período de 2014. Segundo a pesquisa Índice de Percepção do Cumprimento das Leis, a maioria das instituições analisada tem confiança de menos de 50% da população. O percentual de pessoas que confiam nos partidos políticos caiu de 7% (2014) para 5% (2015) e, no governo federal, de 29% para 19%. Os que disseram confiar no Congresso Nacional permaneceram em 15% e os que confiam no Poder Judiciário caíram de 30% para 25%. Na polícia, o índice aumentou de 30% para 33%; nas emissoras de TV, de 31% para 34%; nas grandes empresas, caiu de 38% para 37%. As instituições mais bem avaliadas foram a imprensa escrita, cujo índice aumentou de 42% para 45%; a Igreja Católica, de 54% para 57%, e as Forças Armadas, de 64% para 68%. Entre negros, pardos e indígenas, a confiança no Judiciário e na polícia é ainda menor, se comparada com as respostas dadas por brancos e amarelos. Entre brancos e amarelos, a confiança na polícia e no Judiciário chega a, respectivamente, 37% e 27%, com os índices caindo para 30% e 22% entre negros, pardos e indígenas. Em contrapartida, a confiança cresce entre negros, pardos e indígenas quando se refere ao governo federal e ao Congresso Nacional, chegando a 24% e 20%, respectivamente, ante uma confiança de 18% e 14% dos brancos e amarelos.

Dilma diz na TV que dificuldade econômica é passageira. A presidenta Dilma Rousseff disse, em entrevista ao Programa do Jô, exibida na madrugada deste sábado, que a situação econômica do país é momentânea e será superada. Dilma admitiu ficar agoniada com o aumento de preços de produtos como

alimentos, mas avaliou que o cenário é passageiro. “Nós iremos fazer o possível e o impossível para o Brasil voltar a ter uma inflação estável, dentro do centro da meta. O processo tem um tempo; estamos esperando que melhore no final do ano”, afirmou. Segundo ela, além do ajuste fiscal, o governo trabalha para manter os programas sociais e para aumentar investimentos em infraestrutura. Ela destacou o Programa de Investimento em Logística, lançado essa semana com investimentos de R\$ 198 bilhões em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. E garantiu que está cumprindo suas promessas de campanha ao associar os investimentos à distribuição de renda e melhorias sociais. Dilma Rousseff explicou que o governo fez tudo para manter o país em crescimento. Apesar das projeções otimistas, ela disse que não pode jurar que as coisas serão revertidas ainda em 2015, em função de fatores que não podem ser controlados. Além da duração maior da crise mundial e a valorização internacional do dólar, ela citou a seca no Nordeste e em regiões que não sofriam com estiagem.

Congresso do PT rejeita proposta de mudança na política econômica do governo. O PT rejeitou hoje (13), durante a reunião de encerramento do 5º Congresso Nacional do partido, em Salvador, proposta para mudar a estratégia econômica do governo da presidenta Dilma Rousseff. A proposta foi apresentada por integrantes da legenda e colocada em votação no plenário. Todas as deliberações aprovadas no congresso vão constar no documento final do encontro, chamado Carta de Salvador. Durante o congresso, o PT também decidiu manter aliança política com PMDB. Por maioria de votos, os delegados do partido encaminharam ao Diretório Nacional a deliberação final sobre as formas de financiamento da legenda. No entanto, prevalece a decisão anterior da cúpula da legenda de não aceitar mais doações financeiras de empresas. As emendas que criticavam o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e propunham a volta da cobrança da CPMF, conhecido como imposto do cheque, foram rejeitadas pela maioria. No discurso de encerramento do congresso, o presidente do PT, Rui Falcão, defendeu o apoio dos militantes ao governo da presidenta Dilma Rousseff.

Chioro defende contribuição para complementar financiamento do SUS. O ministro da Saúde, Arthur Chioro, voltou a defender na sexta (12) a criação de uma contribuição para complementar o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Chioro, porém, negou que a contribuição será uma nova CPMF. “Não será uma CPMF como foi no passado. Será uma contribuição financeira com outras características”, disse o ministro, que participa do 5º Congresso Nacional do PT, em Salvador. “É preciso dar sustentabilidade ao sistema”, afirmou. O retorno da contribuição também foi defendido pelo presidente do PT, Rui Falcão, e consta de um documento aprovado no congresso do partido, que também propõe a taxa de grandes fortunas e de lucros. “É necessário mudar o sistema tributário nacional, que é injusto, regressivo e concentrador. Mais de 50% dos impostos da carga nacional são indiretos. É preciso reavivar a CPMF, que é um imposto limpo, não cumulativo e transparente”, disse Falcão, em entrevista ontem (11), antes da abertura do encontro do PT. Chioro informou que o governo avalia a medida e que pode encaminhar uma proposta nesse sentido até o final do ano. De acordo com o ministro, diferentemente da CPMF, o governo defende que a nova contribuição não afete a classe média e recaia sobre os mais ricos. Uma das possibilidades analisadas é o estabelecimento de um piso para o valor da movimentação financeira e sobre o qual a taxa seria aplicada. Em nota, o Ministério da Saúde informou que a Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que 70% da população usam, exclusivamente, o SUS para o acesso à saúde. Na nota, o ministério esclareceu que os dados reforçam a necessidade do debate e que o governo federal não trabalha com nenhum modelo novo de financiamento.

Último Foco

Crise faz Estados reduzirem seus investimentos em 46% neste ano. A crise econômica e a dificuldade de arrecadação levaram os governos estaduais a cortar drasticamente os investimentos neste ano. Obras paradas, adiamento de novos projetos e atrasos em pagamentos de serviços são realidade em alguns dos Estados mais ricos do país. Levantamento realizado pela Folha mostra que o volume de investimentos nos 26 Estados e no Distrito Federal caiu de R\$ 11,3 bilhões nos quatro primeiros meses de 2014 (valor corrigido pela inflação) para R\$ 6,2 bilhões no mesmo período de 2015, uma queda de 46%. Os dados foram extraídos dos balanços financeiros divulgados pelos governos. Há casos em que o corte foi quase total, como Minas, com queda de 97%, e Distrito Federal, 91%. Entre as dez maiores economias do país, só a Bahia elevou seu volume de investimentos no ano. Esses gastos abrangem despesas com obras públicas e

aquisição de equipamentos ou instalações permanentes. Sem essas obras, a economia como um todo acaba sendo afetada. O mercado de máquinas para construção, por exemplo, estima para este ano uma queda de 36% na demanda de novos equipamentos – valor comparável apenas ao registrado em meio à crise de 2009. Além disso, com a crise, os gastos dos governos ficam limitados e acabam voltados à remuneração de servidores, a projetos já existentes e ao custeio da máquina. Sem caixa, o desafio maior para os governadores hoje é ao menos manter em andamento obras que já vinham sendo feitas, o que nem sempre está sendo cumprido. "A realidade atual é muito diferente da de 2014. Existe uma inércia em relação ao que o Estado já vinha fazendo", reconhece a secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão; o Estado é governado por Marconi Perillo (PSDB). Até gastos menores, como intervenções em saneamento e mobilidade, também vêm sendo atingidos. O governo de Minas, comandado por Fernando Pimentel (PT), afirma ter constatado em abril que havia 497 obras paradas no Estado desde o mandato anterior, sendo 346 por falta de verbas. Entre elas, há dois hospitais regionais, no norte do Estado, estimados em R\$ 196 milhões. No Paraná, que vive uma crise política com greves e protestos contra o governador Beto Richa, (PSDB) obras em estradas foram afetadas. O investimento passou de R\$ 242 milhões no primeiro quadrimestre de 2014 para R\$ 18 milhões agora. No Rio Grande do Sul, o governador José Ivo Sartori (PMDB) vem adiando o pagamento das parcelas da dívida com a União e cogitou parcelar salários. A Secretaria da Fazenda prevê que terá o menor investimento proporcional do país neste ano e só garante o "mínimo do mínimo". Em relação a 2014, o valor investido no Estado caiu 75%. "A despesa com pessoal e com dívida é muito rígida. Quem acaba sofrendo maior ajuste é sempre o investimento", diz o subsecretário de Tesouro, Leonardo Busatto.

Empresas do setor de construção civil encontram saída para a crise fora do país. Este primeiro semestre não foi fácil para a construção civil no Brasil. Juros altos reduziram a procura por financiamentos imobiliários e o corte no Orçamento da União atingiu principalmente as obras de infraestrutura. Há quem acredite que a estagnação é passageira, mas enquanto isso, a solução encontrada pelos empresários do setor para driblar a crise é aumentar os investimentos no exterior. É o caso da SH, empresa que fornece fôrmas para concreto, andaimes e escoramentos metálicos. Presente em 11 estados do país, a companhia inaugurou recentemente sua primeira filial fora do Brasil, em Bogotá, na Colômbia.

Fiscalização amplia inserção de Portadores de Deficiência. De 2011 a 2014, atuação dos auditores do trabalho permitiu que mais de 153 mil pessoas com deficiência chegassem ao mercado de trabalho. Na quinta-feira (11), foi aprovado no Senado, por unanimidade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que consolida e amplia direitos a esse grupo de cidadãos. As iniciativas desenvolvidas sob a ação da fiscalização do trabalho contribuíram para que o número de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados inseridos no mercado de trabalho evoluísse ao longo dos anos. Entre 2006 e 2014, a quantidade de trabalhadores com deficiência que foram inseridos sob a ação fiscal cresceu de 19.978, para 42.613 pessoas, ao ano. No mesmo período de 2011 a 2014, mais de 153 mil pessoas com deficiência chegaram ao mercado de trabalho, por ação direta da fiscalização.

Conselho das Cidades discutirá propostas para o PPA 2016-2019. Durante a 45ª Reunião, os comitês técnicos de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade e planejamento e gestão do solo urbano irão debater apresentação de propostas para o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 de cada segmento. Também serão feitas deliberações sobre a 6ª Conferência Nacional das Cidades; informe sobre a Conferência Habitat III; relato dos comitês técnicos e votação das resoluções, das ações dos programas Minha Casa Minha Vida, Plansab e PAC. Entre os assuntos discutidos pelo Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana estão a apresentação pela Secretaria Nacional de Acessibilidade e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades (SEMOB), do Estatuto da Metrópole, conteúdos mínimos de Planos de Mobilidade Urbana, apresentação dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela secretária e o que será trabalhado em 2015.

Bancos privados disputam espaço de crédito para compra da casa própria. Com o endurecimento das condições dos empréstimos imobiliários da Caixa Econômica Federal, para muitos compradores já vale mais a pena optar por bancos privados na hora de financiar a casa própria. No fim de abril, a estatal mudou suas regras, passou a exigir entrada de 50% a 60% do valor do imóvel em algumas linhas e abriu espaço para concorrentes, que fecham negócio exigindo ao mutuário pagamento inicial de apenas 20% do preço total. A desvantagem pode custar à Caixa a perda de parte da gigantesca fatia que detém do setor, estimada hoje

em 70%, sobretudo entre os compradores de classe média e média alta. O desempenho do mercado, no entanto, ainda depende do grau de confiança das famílias, indicador que anda em baixa por causa do cenário recessivo do país. Considerando a compra de um imóvel novo de R\$ 750 mil, valor máximo do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) - que permite o uso do FGTS - a diferença de condições pode significar a necessidade de desembolsar R\$ 225 mil a menos para pagar a entrada. De acordo com simulações feitas nos sites dos bancos, enquanto o cliente da Caixa precisa pagar R\$ 375 mil à vista e pode parcelar a outra metade em 35 anos, no Bradesco, por exemplo, é possível comprar o mesmo imóvel com entrada de R\$ 150 mil, e financiamento dos R\$ 600 mil restantes em 30 anos. No fim das contas, o valor total pago é menor no banco público - R\$ 1,7 milhão, contra R\$ 1,9 milhão no Bradesco - até porque o valor do empréstimo sobre o qual incidem juros foi bem mais baixo na Caixa. Mas para especialistas, o tamanho da entrada pesa mais na decisão de compra.

Receita quer substituir PIS/Cofins por novo tributo. A Receita Federal estuda mudanças que poderão levar à extinção do chamado PIS/Cofins, fonte de mais de 20% dos recursos tributários da União (cerca de R\$ 86 bilhões dos R\$ 414 bi arrecadados de janeiro a abril de 2015). A ideia é substituí-lo por uma só contribuição social, com alíquota única. O objetivo é aprovar a mudança no Congresso neste ano para que ela entre em vigor no início de 2016. O impacto sobre o valor total recolhido pelas empresas deverá ser neutro, acredita a Receita, para quem a medida reduzirá os custos administrativos dos contribuintes. Isso porque vai simplificar uma tributação cuja complexidade é amplamente reconhecida pelo Ministério da Fazenda, órgão ao qual é vinculada a Secretaria da Receita Federal. Essa barafunda legal a que dão o nome de PIS/Cofins inclui regimes diferenciados de tributação, tratamento específico para vários setores da economia e diversidade de alíquotas. No caso da Cofins, a mais alta chega a 7,6% sobre o faturamento da empresa, o que leva a alíquota máxima dos dois tributos para 9,25%. Um dos aspectos mais controversos desse modelo de tributação é que ele permite em tese compensar determinados créditos, relativos aos custos acumulados pelas empresas ao longo da cadeia produtiva. Na prática, suas regras são tão complicadas que muitos contribuintes acabam não fazendo as compensações a que têm direito. A Receita acena com uma fórmula que simplificará esse processo, viabilizando a efetiva compensação de todos os custos incorridos. Se o plano da Receita der certo, serão aposentadas a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) – que em seu conjunto ficaram conhecidos pela sigla PIS/Cofins.

Brasil pode importar mais eletricidade de países vizinhos. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata, disse hoje (15) que a importação de eletricidade de países vizinhos pode ser ampliada para evitar a falta de energia no Brasil. “Vamos começar a trabalhar desde já para não sermos surpreendidos no verão, como ocorreu no começo deste ano.” Barata lembrou que os níveis dos reservatórios das usinas tiveram queda significativa devido a estiagem do último ano. Entre os países que podem fornecer energia ao Brasil em caso de crise, o secretário citou a Argentina e o Uruguai. “Temos agora [com o Uruguai] no Rio Grande do Sul uma interligação forte, que será concluída em julho. O Uruguai aumentou bastante o parque [energético] e tem interesse no fornecimento dos excedentes”, acrescentou. O secretário explicou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve regulamentar a possibilidade de as empresas que geram a própria energia venderem a produção excedente. “Outra possibilidade, a ser regulamentada pela Aneel é a que permite a consumidores com sobra de geração dispor dessa fonte.” Em fevereiro, a Aneel fez alterações nas regras para contratos internacionais de compra e venda de energia elétrica. Até então, os agentes importadores e exportadores tinham direito de fazer apenas um contrato por mês. Publicada a decisão, o prazo passou a ser semanal. As mudanças, que vigoraram até este mês, tinham por objetivo viabilizar compras emergenciais de energia.